

1. Introdução

Meu interesse pelos estudos africanos e estudos das relações entre o Brasil e a África iniciou-se na graduação. Ingressei na Puc-Rio um ano depois da aprovação da Lei n. 11.605 de 2003, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Nos primeiros cinco períodos da graduação, cursei algumas disciplinas sobre História da África que foram oferecidas pelo Departamento de História, mas nenhum dos discutidos me despertou paixão. Ao iniciar minhas atividades de estágio na Revista de História da Biblioteca Nacional fui apresentada ao romance histórico de Ana Maria Machado, *Um defeito de cor*; à princípio, esta leitura me encaminhou para os estudos sobre a figura abolicionista de Luiz Gama. Contudo, a saga – mesmo que ficcional – de sua mãe em busca do seu retorno à África, despertou o meu interesse sobre os estudos de libertos que voltaram a este continente.

Em minha monografia, apresentada no final de 2009, abordei o tema dos libertos do Rio de Janeiro que retornaram para a costa africana entre 1820 e 1830. Para tal me utilizei de autores como Alberto da Costa e Silva que me ofereceu uma perspectiva interessante de trabalho, a partir dos chamados “diálogos transatlânticos”. Pierre Verger, também me foi importante, para compreender as relações entre o Brasil e o continente africano, no tocante à formação e identidade do povo brasileiro, e a contribuição africana para constituição da mesma, principalmente da Bahia. Manuela Carneiro da Cunha problematizou a vida dos libertos no Brasil oitocentista, as razões de seu retorno e a formação de uma identidade étnica em solo africano. Milton Guran, em seu livro *Agudás. Os “brasileiros” do Benin* destacou que a experiência vivida no Brasil foi a marca da origem destes grupos de libertos, que se estabeleceram na África. Outra referência importante foi a tese defendida por Mônica Lima e Souza, na Universidade Federal Fluminense em março de 2008, intitulada *Entre margens. O retorno à*

África de libertos no Brasil. (1830-1870). Em todas essas bibliografias se destacavam questões sobre as relações entre Brasil e África, e a circularidade de informações no mundo atlântico.

Essas questões foram aprofundadas, pois um ano antes da apresentação da minha monografia, os professores Ivana Stolze Lima e Leonardo Affonso de Pereira Miranda organizaram o grupo de pesquisa “Interseção africana” que, reunindo pesquisadores e estudantes, pretende entre outros objetivos, abordar a dinâmica dos fluxos culturais que marcaram a dinâmica dos africanos, e fazer uma reflexão do papel dos africanos e seus descendentes no mundo atlântico.

Ingressei no mestrado pretendendo dar continuidade ao que havia pesquisado na graduação, entretanto, ao conversar sobre a minha proposta, a professora Ivana S. Lima sugeriu que eu considerasse pesquisar sobre as embaixadas de reinos africanos que estiveram em Salvador, pois era um tema pouco trabalhado na academia. Ao ler o capítulo de Pierre Verger sobre as embaixadas, fiquei interessada nas possibilidades de pesquisa a partir da documentação ora transcrita ora indicada.

Modificando o objeto de estudo, as questões sobre as relações entre Brasil e África e a circularidade de informações no mundo atlântico se mantiveram. Além disso, continuei a manter uma interlocução com o grupo de estudos “Interseção Africana”, ao pensar a história do continente africano interligada à história de outros continentes dentro do mundo contemporâneo. Com a sugestão aceita, a professora Ivana S. Lima foi uma das maiores entusiastas e interlocutoras do meu trabalho, já que sua pesquisa tem por foco a comunicação entre povos de diferentes culturas, tema desta dissertação.

Ao fazer essa digressão, pude perceber que nos últimos 9 anos – desde a lei de 2003 – os estudos referentes à história da África ganharam um grande destaque nos programas de graduação e de pós-graduação de todo país. Na Puc-Rio, isso se refletiu no oferecimento de disciplinas, na criação de um grupo de estudos e de um curso de especialização oferecido pela Coordenação Central de Extensão; o que resultou em trabalhos monográficos, dissertações e teses apresentadas pelo Departamento de História. Neste sentido, o trabalho aqui apresentado é, também, resultado dessas atividades desenvolvidas em torno da reflexão e da difusão da pesquisa em História da África.

*

Em 1897, começou a circular na Bahia um manifesto anunciando a participação de uma “Embaixada Africana” no carnaval daquele ano. Estes foliões se diziam emissários do reino da Zuzulândia, e tinham como missão carnavalesca cobrar do governo brasileiro uma indenização pelos africanos que haviam sido castigados durante a revolta dos malês. Os “embaixadores” estavam solicitando milhares de jardas de algodão riscado.¹ A carnavalização de um ato político foi e continua sendo presença constante no carnaval. Não é sem razão que se tornou tema de estudos dedicados, a fim de compreender a relação dos agentes sociais envolvidos com o momento em que a ordem das coisas são subvertidas.

Esta dissertação não abordará a temática do carnaval, mas o exemplo acima é apenas um indicador da memória histórica e da importância que as embaixadas ou os sujeitos que as representavam tiveram em épocas distintas. Brincadeiras à parte, as embaixadas africanas não foram somente partícipes do carnaval. Entre 1750 e 1823, um número razoável de embaixadas da costa ocidental africana estiveram presentes em terras portuguesas na América. Todas possuíam o mesmo objetivo, tinham formas rituais próprias de apresentação, forneciam informações de seus respectivos reinos, enviavam presentes e solicitavam tantos outros.

A relevância deste tema se dá sob dois aspectos: o primeiro, diz respeito a ínfima produção acadêmica sobre esta temática² e o segundo, como decorrência do primeiro, é que um número ainda mais reduzido analisou estas embaixadas sob uma ótica que privilegia a abordagem cultural das mesmas, sendo mais comum privilegiar a temática do tráfico de escravos na relação entre as duas margens do

¹ Cf. ALBUQUERQUE, W. Os embaixadores da alegria. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: SABIN, n. 17 (fevereiro/2007). p. 28.

² As obras que analisam parte da documentação ou citam algumas das embaixadas são escassas. Para saber mais sobre essa produção Cf. VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 2002. pp. 279-307; RODRIGUES, J. *De costa a costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; LARA, S. H. Uma embaixada africana na América Portuguesa. In: JANCSÓ, I; KANTOR, I. *Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. (volume 1). São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001. LARA, S. H. *Fragments setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. pp. 192-202; SILVA, A. da C. e. *Um rio chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, Editora UFRJ, 2003. ARAUJO, A. L. Dahomey, Portugal and Bahia: King Adandozan and the Atlantic Slave. In: *Slavery & Abolition. A Journal of Slave and Post-Slave Studies*. Vol. 33, n. 1, March 2012. pp. 1-19.

Atlântico. Este número reduzido de produção acadêmica indica uma necessidade de elaborar um estudo sobre as missões diplomáticas, mas sob o aspecto das trocas culturais e das formas pelas quais os diversos reinos da costa da África evidenciaram o modo que viviam, como se representavam entre os seus pares e para as nações europeias, neste caso, Portugal.

Mas que reinos da costa ocidental da África são esses? Os reinos que esta pesquisa analisou se localizavam no que foi comumente conhecido como Costa da Mina ou Costa dos Escravos. Dos vários potentados que lá se localizavam, apenas três são objetos dessa dissertação: os reinos do Daomé, Onim e Ardra. A presente dissertação de mestrado tem por objetivo desenvolver uma reflexão sobre as embaixadas desses reinos africanos, em terras americanas de Portugal. O contexto é de transformações no Reino de Portugal que se inicia no ano de 1750, com o reinado de d. José I, passa pela vinda da Corte para o Rio de Janeiro e finaliza com a independência do Brasil. Ao mesmo tempo, é um período de transformações nos reinos a serem analisados, que é possível perceber pelo número de vezes que se fazem presentes, e pelos relatos que nos deixaram através de missivas.

A análise das embaixadas será feita através das correspondências trocadas entre os reinos africanos e de Portugal e que tinham Salvador como mediadora destes encontros. É válido ressaltar, que a capital da Bahia foi, até 1763, a capital do Estado do Brasil,³ possuindo um grande número de comerciantes de grosso trato, além de ter posição geográfica com ventos e correntes marítimas favoráveis, o que permitia conexões com determinadas regiões da África.

Estas correspondências foram encontradas em acervos como a Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiros, no Projeto Resgate / Arquivo Histórico Ultramarino e em transcrições feitas por Pierre Verger em seu livro *Fluxo e Refluxo de escravos do tráfico de escravos entre o golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. Procuramos ao longo da dissertação atualizar a grafia na medida do possível.

Além disso, alguns relatos de viajantes que foram em missões para estes reinos serão discutidos e analisados. Esta documentação será importante para mapear as relações entre as duas margens do Atlântico, que não dizem respeito

³ VERGER, P. Op. cit. p. 133.

somente ao comércio de escravos, ainda que esse tenha sido o objetivo primeiro do envio de emissários. Utilizamos também algumas referências iconográficas e cartográficas não apenas para ilustrar, mas para contribuir nas discussões que serão abordadas. Problematizar as missões diplomáticas africanas pode nos revelar as formas de conceber as relações entre a costa africana e o Brasil, para além da venda de cativos, e pode oferecer uma oportunidade de examinar as manifestações culturais descritas explicita ou implicitamente nestes registros históricos.

As embaixadas citadas por Pierre Verger e também por Jaime Rodrigues datam de 1750 e vão até 1823 (esta última data só é mencionada pelo primeiro autor), correspondendo a um total de oito embaixadas. Quatro delas foram enviadas pelo rei do Daomé; três pelo rei de Onim e uma pelo rei de Ardra. Entretanto, no IHGB,⁴ foram encontrados dois registros de uma embaixada enviada depois de 1818, como veremos adiante.

Alberto da Costa e Silva afirma que

missões dos reis de Abomé (Daomé), de Onim e Porto Novo (Ardra) tinham sido frequentes durante todo o período colonial, pois era por meio da Bahia e do Rio de Janeiro que o governo português mantinha o grosso de suas relações não apenas com os estados africanos, mas também com Angola.⁵

Ainda de acordo com este autor, a embaixada de 4 de dezembro de 1823, que objetivava o reconhecimento oficial da Independência do Brasil, foi a última embaixada oficial de um reino africano.

Como mencionamos, todas estas missões diplomáticas tinham por finalidade obter relações comerciais favoráveis para seus reinos e, em certa medida, deixavam entrever os conflitos existentes entre os diferentes soberanos africanos por conta do comércio de escravos e entre as próprias autoridades e negociantes do Brasil e de Portugal.

Por limitação de tempo, nem todas as embaixadas foram problematizadas ao longo deste trabalho, mas consideramos importante apontá-las visto que, numa análise geral, se percebe as tentativas de aproximação entre os reinos da Costa da

⁴ *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos...* IHGB. DL 137,62.

⁵ SILVA, A. da C. e. *Um rio chamado atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira, Editora UFRJ, 2003. p. 28.

Mina e o governo português. Além disso, optamos por aprofundar a análise de uma área geográfica ainda menor, o reino do Daomé, também referenciado como Dahomey, Dagomé e Angome. Seu porto era conhecido entre as diversas nações europeias lá instaladas como Whydah, Fida, Judá, Ajuda. Foi deste porto que saiu grande parte das embaixadas que vieram da Costa da Mina para Salvador.

A primeira embaixada que temos conhecimento, foi enviada em 1750, pelo rei Tegbessu, do Daomé. A mesma foi encaminhada num contexto em que o reino do Daomé havia tomado o reino de Hueda e seu principal porto, Uidá, em 1727. Esta missão diplomática visava reparar os danos causados ao forte português instalado no referido porto durante as guerras que sucederam a tomada do reino em 1743; em virtude da expulsão do então diretor do forte, José Basílio. Mas o principal objetivo foi informado pelo vice-rei, o Conde de Atouguia, à majestade, em carta de 29 de junho de 1751, dizendo que o rei do Daomé havia encaminhado dois mensageiros para Bahia objetivando a manutenção do comércio de escravos⁶. Os emissários foram recebidos na Bahia pelo governador e a sua recepção foi relatada por José Freire Monterroyo Mascarenhas (J.F.M.M.) em sua *Relaçam da Embayxada que mandou o poderoso Rey de Angome...* Neste relato, o autor destaca a chegada dos emissários, o alojamento dos mesmos no Colégio dos Jesuítas e toda a pompa dos “gestishomens”.

Um trecho do relato serve para elucidar a relação entre os representantes dos Reinos e a dinâmica da embaixada. Escrevia J.F.M.M.:

Esta amizade, que deseja com a Coroa de Portugal, promete, com a palavra de Rei, observar fielmente, e na falta da Sua Pessoa, deixá-la recomendada aos seus senhores. A prova da verdade das minhas expressões verá Vossa Excelência firmada com o Sinete Real da sua grandeza. A este tempo tirou do seio uma Carta e entregou ao Conde; recomendando segredo dela; e continuou dizendo: Receba Vossa Excelência esta representação da parte daquele grande Monarca, que o elegeu para ocupar este lugar. [...]. Tenho satisfeito ao que o meu Soberano me encarregou. O segredo, que Vossa Excelência verá na sua Carta, não será público nem manifesto sem expressa Ordem do Seu Soberano Monarca e do meu grande Rei de Angome.⁷

⁶ VERGER, P. op. Cit. p. 280.

⁷ Idem. p. 285. Cf. *Relação da embaixada que mandou o poderoso rei de Angome Kigy Chiri Branoon, senhor dos dilatadíssimos sertões da Guiné*. Sem data, sem local, 6 folhas [incompleto] Localização: Lata 106 – Doc. 12. IHGB. e *Memória escrita por José Freire Montenegro Mascarenhas a respeito da embaixada que o rei de Daomé, Kiay Chiri Broncom, enviou ao [10º] conde de Atouguia, d. Luis [Pedro] Peregrino de [Carvalho de Meneses e] Atáide, vice-rei do Brasil*. Inclui introdução sobre Daomé, seus costumes e a recepção do vice-rei. (Duplicada no DL 106,16). 1751. VERGER, P. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Baía de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo: Corrupio, 2002. LARA, S. Uma

O objetivo da carta, como já apontamos, era manter as relações comerciais. Para tal solicitação, foi montado um cerimonial para mostrar as boas relações entre os dois reinos. O trecho permite vislumbrar um desses momentos da cerimônia, no qual o embaixador interage com o vice-rei indicando a sua eleição para ser o representante real, e a entrega do sinete ou da carta do rei diretamente para aquele que fazia a mediação com o rei de Portugal. Esta primeira embaixada nos revelará, nos capítulos que se seguem, um conjunto de códigos que envolvem o ritual da missão diplomática.

Em 1770, foram enviados os primeiros representantes do Rei de Onim. Informações sobre esta embaixada nos foram fornecidas por Pierre Verger e sua existência somente veio à tona num processo de contrabando de mercadorias. O navio *Nossa Senhora da Conceição e Almas* que rumava para Bahia teve todos os seus bens sequestrados, e no inventário feito pela administração portuguesa, escravos foram arrolados e também quatro negros livres, cabiceiras do rei de Onim, que haviam sido enviados por ele. Devido ao episódio ocorrido na sua chegada, esses representantes tiveram que retornar imediatamente ao seu reino.⁸

A segunda embaixada do Daomé foi enviada em 1795, por Agonglô, e foi sugerida pelo tenente do forte São João de Ajudá, Francisco Xavier Alvarez, para propor que os negociantes da Bahia fizessem seu comércio com exclusividade no porto de Uidá. As cartas enviadas à rainha dona Maria e ao governador da Bahia revelavam também as queixas contra os abusos cometidos pelo diretor do forte, Francisco Antônio da Fonseca e Aragão e seu desleixo de sua administração. Dois emissários foram enviados, juntamente com um intérprete mulato chamado Luiz Caetano que fora escravo do dito diretor do forte, e que tinha pedido proteção ao rei Agonglô, em virtude dos destemperos de seu antigo dono.

Desta feita, o rei do Daomé enviava uma carta em 20 de março de 1795, apresentando os emissários que seriam encaminhados para Salvador. Os embaixadores foram recebidos pelo então governador da Bahia, Fernando José de Portugal, que informou ao secretário de Estado Português, Luiz Pinto de Souza Coutinho, a chegada da embaixada africana e suas considerações sobre os pedidos

embaixada africana na América Portuguesa. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Iris. Festa. Cultura e sociabilidade na América Portuguesa. (volume 1). São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial, 2001.

⁸ Arquivo Histórico Ultramarino, documento da Bahia n. 8.246-8.249. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 286.

feitos, além de indicar a forma como percebia o reino africano, considerando-o bárbaro e grosseiro. Sobre a carta enviada à rainha d. Maria, na qual solicitava a mudança do diretor do forte e o conserto do mesmo, dom João respondeu por sua mãe anunciando as mudanças solicitadas, além de autorizar a ida desta embaixada de Salvador para Portugal. Durante a estadia na corte de Lisboa, os embaixadores tiveram uma experiência de catequização e foram batizados. Além disso, tiveram uma baixa na comitiva em virtude do clima temperado. Após a recepção, o embaixador sobrevivente e seu intérprete retornaram para Salvador com missionários designados pela rainha, a fim de seguirem para a capital do reino do Daomé, Abomé, e converterem o rei.

A referida missão se traduziu num relato feito pelo padre sobrevivente, Vicente Ferreira Pires, que descreveu a sua experiência desde a saída de Salvador, os encontros com o rei daomeano e seu retorno para Salvador; relato este utilizado para problematizar e endossar alguns pontos tratados nesta dissertação, como o papel do intérprete. Esta segunda embaixada daomeana nos deixa entrever uma rede simbólica, que é criada no contato de europeus com os reinos africanos; além de enfatizar a diferença entre os universos culturais, o que pode enriquecer ainda mais a problematização e análise deste reino africano.

Em 1805, o reino do Daomé enviava a terceira embaixada, desta vez encaminhada por Adandozan à Bahia. A mesma era composta por dois embaixadores e um intérprete nascido no Brasil, Innocêncio Marques de Santa Anna, que era um dos prisioneiros que o rei do Daomé mantinha em sua corte. Recebida pelo governador da Bahia, Francisco Cunha Menezes, a embaixada pretendia, mais uma vez, o comércio exclusivo com o porto de Uidá e acabar com a atual diretoria da fortaleza portuguesa de Ajudá. Esta carta,⁹ em vista das outras trocadas, tinha um detalhe que a tornou excepcional: o intérprete, que era um prisioneiro português, se identifica e contra-argumenta o que havia escrito anteriormente segundo o que o rei daomeano havia ditado.

Essa embaixada revelava as tensões existentes entre o reino daomeano e o reino português, visto que o representante do primeiro assumia uma forma inadequada no trato com os portugueses que iam fazer negócios em suas praias,

⁹ ANADIA, Visconde de. *Ofícios e documentos enviados a Francisco da Cunha Menezes relativos a visita dos embaixadores do rei do Dahomey*. Queluz, 30-31/07/1805. Original e Cópia. Localização MS-512 (59) D. 846. Fundação Biblioteca Nacional (Divisão de Manuscritos).

aprisionando-os durante as guerras que empreendiam contra os reinos vizinhos. Ademais, a troca de correspondências, como veremos, indica que outros portos, como os de Porto Novo, Badagris e Onim, se apresentavam como mais vantajosos que o porto do reino do Daomé. Os embaixadores conseguiram sair de Salvador e seguir para Portugal, mas não obtiveram nenhuma das suas solicitações atendidas, em virtude do desagravo feito pelo rei daomeano. Assim, os embaixadores que tentaram ser recebidos em Portugal, foram remetidos para Salvador, e depois para Uidá, com uma solicitação de d. João para que os portugueses que lá estivessem presos conseguissem a liberdade. As petições de d. João nunca obtiveram resposta, mas o intérprete da embaixada, Innocência Marques de Santa Anna, tornou-se uma espécie de conselheiro dos negócios de Portugal sobre a Costa da África.

A segunda embaixada do rei de Onim foi encaminhada pelo príncipe Ajan em 1807. O governador da Bahia, conde da Ponte, informou no mesmo ano ao visconde de Anadia, secretário de Estado em Lisboa, a chegada do embaixador e seu secretário no bergatim *Thalia*¹⁰ e que estes não haviam se apresentado pois era necessário “cobri-los decentemente” e porque o objetivo da embaixada era desconhecido. O governador, por esta razão, não estava medindo esforços para conseguir as cartas enviadas pelo príncipe de Onim.

Quando os emissários foram recepcionados pelo governador da Bahia, estes se recusaram a entregar a carta original, pois receberam instruções de que a mesma deveria seguir direto para Portugal. O conde da Ponte tentou dissuadi-los, mas não obteve êxito. Entretanto, o governador acabou conseguindo cópia fiel da carta e pode concluir que o motivo da embaixada era insignificante, pois não tratava do comércio daquele porto e sim de assuntos que seriam dispendiosos à Real Fazenda. Assim, conseguiu remeter os emissários em outubro de 1807 de volta para seu reino.

A primeira embaixada do rei de Ardra chegou em 1810. Neste período, a Corte portuguesa já estava instalada na cidade do Rio de Janeiro desde 1808, em virtude da invasão napoleônica em Portugal. Mas antes de se encontrarem com o príncipe d. João, a missão diplomática foi obrigada a passar pela Bahia e entregar ao governador a carta destinada ao Príncipe Regente. A mesma foi transmitida

¹⁰ APEB, 143, f. 102. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 298.

para o Rio de Janeiro: “tanto para não fazer despesas inúteis quanto para evitar dar à população da capital um espetáculo de novidade que teria provocado confusões”.¹¹ Em janeiro de 1811, o Príncipe Regente escreveu ao rei de Ardra, justificando a parada na Bahia feita pelos embaixadores, em razão da dificuldade em encontrar embarcações que fizessem a viagem direta da Costa da Mina para o Rio de Janeiro. A navegação entre a América portuguesa e a Costa da Mina tinha a Bahia como mediadora, e era justificativa dada, além de informar que com essa atitude, os embaixadores evitaram ficar cansados com uma segunda viagem.¹²

Neste mesmo ano, quatro emissários do Daomé chegaram à Bahia com um presente para o príncipe e com intuito, novamente, de acordo comercial. O conde dos Arcos, governador da Bahia, estava numa situação constrangedora já que estava com duas embaixadas que tinham o mesmo objetivo. A diferença era que o rei do Daomé (Agomé) intencionava a exclusividade de comércio nos seus portos, enquanto o segundo oferecia meios para que este comércio pudesse se tornar vantajoso e seguro. As autorizações para o retorno dos emissários do Daomé e de Ardra só foram obtidas em fins de 1812, depois de muita insistência dos embaixadores para obterem autorização para retornarem aos seus respectivos reinos. O interessante na vinda dessas duas embaixadas é o período de apogeu das discussões sobre a abolição do comércio de escravos, que teve início no final do século XVIII e ressonâncias na forma como Portugal lidava com seu comércio.

A embaixada de Guezo, que substituiu seu irmão Adandozan no reino do Daomé, foi enviada depois de 1818. A documentação que se refere a essa embaixada foi encontrada no IHGB, em meio a um conjunto de documentos do período entre 1796 e 1811. Por não serem datados e tratarem do Daomé, é crível que tenham sido arquivados no mesmo período que os outros. Algumas pistas nos indicam o período que é tratado,¹³ o próprio rei Guezo afirma que havia enviado um embaixador logo após a sua coroação.

¹¹ Idem. p. 302.

¹² Carta do Príncipe Regente ao rei de Ardra (06/02/1811). APEB, 112, f. 170. APUD VERGER, P. Op. Cit. p. 302.

¹³ Algumas referências nos indicam que o reinado de Guezo iniciou-se em 1818. Cf. LAW, Robin. *Ouidah. The social history of west of African slaving 'Port', 1727-1892* (West african studies). Ohio: Ohio University Press, 2004; APPIAH, K. A.; GATES, H. L. (ed.). *Africana. The encyclopedia of the African and african-american experience (the consise desk reference)*. Philadelphia: Running Press Book Publishers, 2003. Verbete “Dahomey”. pp. 165-166.

Além disso, outro indicador é uma resposta dada por Guezo ao rei d. João VI, sobre o pedido de libertação dos portugueses que foram aprisionados no início do século, e a menção ao próprio irmão, Adandozan:

Eu juiz o Rei d'Agome vou ao trono de Vossa Majestade figurando por mim o meu Embaixador [...] e levando consigo quatro vassalos portugueses de Vossa Majestade que há 18 anos se achavam prisioneiros nos meus Domínios pelo cabo de guerra do meu Irmão Adandozam.¹⁴

Outro dado significativo, além dessas referências, é a menção ao famoso mercador de escravos, Francisco Félix de Souza,¹⁵ que havia auxiliado o novo rei a reestruturar o comércio de escravos através da procura de embarcações, para fazer comércio no porto de Ajudá.

A última embaixada que se tem notícia data de 1823 e foi representada pelo tenente-coronel Manoel Alves de Lima que, segundo afirmava, estava em nome do rei de Onim, reconhecendo a independência do Brasil. Este documento encontra-se transcrito na *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Outras correspondências referentes a este tenente-coronel encontram-se na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e no Arquivo Histórico do Itamaraty, no qual o tenente reclama sobre não conseguir autorização para sair de Salvador e seguir até o Rio de Janeiro; e também dá informações sobre a guerra de independência da Bahia.¹⁶ Esta última embaixada, que como mencionamos, não conseguiu sair de Salvador, também tinha objetivos comerciais, pois procurava se alinhar com aquela região, que foi durante séculos pródiga em acordos comerciais que favoreceram os comerciantes dos dois lados do Atlântico.

Isto posto, esta dissertação procurou levantar e desenvolver algumas questões acerca das relações entre os reinos da Costa da Mina e o reino português enfatizando questões que nortearam, inclusive, a divisão dos capítulos: como estes reinos estabeleceram uma “amizade”, e como ela era mantida; identificar se a relação entre as partes era de subordinação, e quais elementos poderíamos

¹⁴ *Dossiê sobre o Reino de Daomé contendo representação, relatório, ofícios e cartas entre o Rei de Daomé e o príncipe d. João, d. Maria I e o [5º] conde das Galveias [d. João de Almeida de Melo e Castro] a respeito da arrecadação de cativos...* (Ver a íntegra da carta em Apêndice documento 4). Localização: IHGB. DL 137,62.

¹⁵ SILVA, A. da C. e. *Francisco Félix de Souza, mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, EdUERJ, 2004.

¹⁶ SILVA, A. da C. e. Cartas de um embaixador de Onim. In: *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, 1º semestre de 2005.

identificar nas cartas que representaria ou exaltaria o poder das partes; além disso, seria importante identificar os personagens que mediavam os contatos das embaixadas.

Assim, o primeiro capítulo intitula-se: “*Pela manutenção da nossa amizade*. Os reinos de Daomé, Ardra e Onim e sua relação com Portugal” procura traçar um histórico das relações de amizade entre os reinos estudados. Além disso, o capítulo também aponta para o fato de que as relações diplomáticas não faziam parte somente da política das nações europeias, mas eram uma constante entre os reinos africanos. Neste capítulo, direcionamos para o que vem a ser a diretriz da análise desta dissertação: as missões diplomáticas do reino do Daomé. Isto ocorre, devido a grande quantidade de informações que dispomos dos reinos da Costa da Mina, especificamente do reino do Daomé, objeto de estudo; além disso, quase a totalidade da documentação levantada refere-se a esse reino, garantindo uma análise mais consistente do mesmo. Assim, dedicamos uma parte do capítulo para falar sobre o reino do Daomé e seu principal porto, Ajudá, no intuito de contextualizar e problematizar melhor as questões que serão trabalhadas nos capítulos seguintes.

O segundo capítulo, “*Para causar admiração*. A presença de elementos culturais nas embaixadas”, examina alguns aspectos nas cartas enviadas por elas, que ressaltam símbolos de poder político e religioso das nações estudadas, além de destacar os trânsitos culturais, enfatizando o diálogo, e não a submissão de um reino pelo outro, trânsitos estes que foram traduzidos em apropriações de determinadas práticas culturais e apropriação da língua.

O tema mantém-se na discussão do terceiro capítulo,: “*Envio um branco meu*. Mediadores culturais das embaixadas dos reinos da costa africana”, onde discutiremos a apropriação da língua portuguesa falada e escrita pelos africanos da Costa da Mina. Mas o tema principal são os intérpretes, mediadores por excelência dos reinos do Daomé e de Portugal. Fizemos um esforço em tentar separá-los por categorias de acordo com as análises que foram feitas nas correspondências referentes às embaixadas do reino do Daomé. Estas categorias, além de dar inteligibilidade ao processo, permitiram compreender as tensões não só nas relações entre os reinos, mas entre o rei daomeano e os intérpretes, e entre os próprios portugueses instalados no porto de Uidá.

Nos anexos, temos a íntegra da documentação utilizada nas epígrafes de cada capítulo, que são analisados nos mesmos. Também incluímos uma referência documental de cada embaixada que é abordada no presente trabalho.

O percurso adotado por esta dissertação pretende levar o leitor a compreender que, através da dinâmica das embaixadas enviadas para Salvador, é possível analisá-las para além do caráter econômico. As embaixadas que aqui estiveram, permitem fazer o percurso inverso das mesmas: conhecer os reinos de onde partiram, compreender alguns elementos que fazem parte do cotidiano dos mesmos e que garantem a sua especificidade; e, finalmente, conhecer e problematizar esses personagens que mediavam duas culturas diferentes.

Como mediadora que sou entre a documentação e o leitor, só me resta desejar boa viagem!